

# **Trabalho apresentado no V Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo**

**Terceira/Açores**

**31 de maio a 3 de junho 2012**

## **IGUALDADE SOCIAL**

No imaginário  
do Culto do Espírito Santo

**Antonieta Costa, Investigadora do CITCEM,  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

A designação de “Culto Popular” aplicada ao Culto do Espírito Santo, tanto pela Igreja Católica como na generalidade, prejudica a divulgação da mensagem que este transmite.

Embora possa parecer à primeira vista pouco importante, o facto é que esta denominação remete o Culto para uma categoria que o diferencia (de forma inevitável) da posição da Igreja: o “popular” ou marginal, opõe-se ao “eclesiástico”, canónico ou “legítimo”.

Na resposta que actualmente a Igreja adopta face às divergências existentes entre as duas entidades, poderá parecer que desculpa a postura assumida pelo Culto, tornando-a “admissível”, por ser proveniente do “povo” e não assistida pela Intelligentzia do sistema. Observada do exterior, esta classificação do Culto como “popular”, poderá até parecer muito natural, como forma de aceitação e de indulgência magnânime para com uma manifestação vinda do povo, do qual não se poderia esperar muito mais... No entanto, a sugestão de “insignificante”, ou destituída de importância, aplicada à proposta do Culto, impede este de dialogar com a categoria “oficial” e de poder passar a sua mensagem ao mesmo nível.

A atitude actual da Igreja, ao assumir esta orientação conciliatória, principalmente tendo em consideração posturas anteriores, antagónicas, que remeteram muitas vezes o Culto para a clandestinidade, parecendo retirar importância às diferenças existentes entre os dois tipos de prática religiosa e desculpando ao povo (devido à sua ignorância)

a discordância de posições, dá a impressão de as aceitar apenas pela intenção, silenciando assim a questão.

Mas embora comparada com o histórico antecedente, esta mudança possa significar alguma abertura, ela não dá, na verdade, o devido espaço necessário à compreensão da sofisticação, que nada tem de “popular”, existente por detrás da natureza do Culto.

De facto, basta observar a atitude transmitida pelo Culto do E.S., para se perceber a presença de uma mensagem oposta ao senso comum, no que se refere aos fundamentos da ordem social baseada na “Igualdade”.

De modo subliminar e pouco aparatoso, mas tão nuclear que nunca desapareceu da sua prática, mesmo tendo de arrostar com as proibições e condenações da Igreja oficial ao longo dos séculos, esta mensagem contém um valor transcendente ainda não assimilado (no sentido de aceite) quer pela Igreja oficial, quer pela restante sociedade.

De tão revolucionária que é, dá a impressão de passar despercebida mesmo dos próprios proponentes: o povo.

No caso particular ou religioso, trata-se da atribuição ao homem comum (num sistema rotativo) da gestão filosófica, prática religiosa e destinos do Culto.

Este já é em si próprio um passo desmedido, considerando o historial que documenta o contacto do ser humano com o plano metafísico, sempre pontuado por uma mediação de pessoas que o grupo distingue como “diferentes” das demais, destinadas quer por vocação, por dotes espirituais ou por preparação especial, a essa tarefa.

Trata-se de uma posição generalizada a todos os tempos e culturas.

Ponderando tal passado histórico, a substituição desse modelo pelo das Irmandades do Espírito Santo, onde é o homem comum a assumir esse papel, pode ser considerado como uma revolução na história religiosa da humanidade. A proposta de concessão da dignidade de interlocutor com a Divindade, entregue ao homem comum é, de facto, uma originalidade no contexto religioso.

Mas olhando ao contexto social, ou ao conteúdo mais geral implícito neste modelo, verifica-se que ele se baseia num princípio que, afinal, já está presente na natureza a todos os níveis, assim como nas sociedades: o de que a responsabilidade pela “ordem social” não só pode, como deve ser partilhada e gerida por todos os membros do grupo.

Está na mestria desta prática exercida pelo Culto do E.S. ao longo de séculos a comprovação da exequibilidade do modelo.

Ter a Igualdade Social como suporte de um paradigma que se opõem ao hierarquizado, estabelecido pelo senso comum, não é em si uma novidade, visto já ter sido abordado em diferentes períodos históricos, por idealistas e filósofos, ganhando a definição de

“utopia”, ou de ideal não concretizável, devido ao insucesso das várias tentativas (e.g. o Comunismo).

No entanto, a originalidade que o Culto do Espírito Santo apresenta, através da sua prática multissecular, é a de que o valor *Igualdade Social* pode funcionar como modelo organizativo de uma sociedade, a exemplo do que se observa a outros níveis de organização. Ao exhibir um padrão de comportamento ordenado, compatível com o princípio geral de auto regulação de toda a matéria (Química, Prigogine e Stengers, 1984) e, aparentemente, impedir que o “interesse próprio” se sobreponha ao funcionamento da “mão invisível” (Economia, Adam Smith, 1776/1981), aqui personalizada pelo valor “Igualdade”, com o qual cada Irmandade se compromete (por estatuto), o Culto reafirma na prática a exactidão do princípio da capacidade organizativa, existente em todos os organismos.

Por outro lado, as experiências realizadas ao longo de cerca de dez anos, sob a orientação de Serge Moscovici (Psicologia Social, 1970s), testemunharam que a ordem social é construída através da interacção entre os vários grupos componentes da sociedade, com a influência a circular entre os indivíduos em todos os sentidos, no horizontal tanto quanto no vertical, não havendo dominância de nenhum deles. Desta constatação, que vem contradizer o senso comum e mesmo estudos anteriores, sobressai o facto de que, no processo social, ou seja, na construção da sua realidade, todos os membros de cada grupo, tanto as maiorias e seus líderes como as minorias, actuam na definição da realidade em que vivem (embora dê a ilusão de que são os “chefes” a conduzir as massas).

A conjugação destas várias informações permite uma leitura do princípio defendido e revalidado pelo Culto (Igualdade Social), como fazendo parte do processo “normal” de construção social da realidade e de crescimento social do ser humano, na sequência da evolução do estado animal (onde a dominância do mais forte, ou mais apto, era regra) para o espiritual, o qual lhe permite atingir a ordem social a partir da negociação de ideias e dinâmicas do colectivo.

O sucesso da actuação auto reguladora observada no Culto, durante um tão vasto período de tempo, pode dever-se à aplicação deste princípio.

Mas a compulsiva fixação da restante sociedade na inevitabilidade de um “líder” impede que a compreensão deste facto (de que é o circuito de influências de uns sobre os outros que regula o sistema) siga o seu curso normal.

Nesta “cegueira cultural” estará parte da responsabilidade pela estagnação em que se encontra o processo evolutivo da humanidade, com consequências de desagregação das suas escalas de valores.

Em 1998 defendi uma tese de doutoramento sobre este tema fascinante, que acontece debaixo dos nossos olhos sem nos darmos conta. Percebi também como esse

fascínio tocou os membros do júri e os deixou perplexos, perante uma realidade tão perturbadora.

Daí para cá tenho tentado dar notícia deste fenómeno perante assembleias incrédulas, que nem encarando de frente estes factos conseguem acreditar neles, tal é a força persuasora do senso comum, apontando no sentido contrário.

Em 2001 apresentei-a nestes termos à UNESCO, tendo a proposta de Portugal à candidatura a Património Imaterial da Humanidade, sido rejeitada.

Hoje, aqui, deixo-vos de novo o problema: tem o homem comum a capacidade de se organizar autonomamente?

Se sim (como parece), a implantação deste novo paradigma poderia permitir-lhe mais um avanço no seu aperfeiçoamento.

Porque não aprender a lição circunscrita no Culto, economizando às sociedades a sobrecarga suplementar de estruturas de poder?

### **BIBLIOGRAFIA Teórica**

Faucheux, C. e Moscovici, S. (1960). 'Etudes sur la créativité des groupes II: Tâche, structure de communications et réussite, Bulletin du Centre d'Études et de Recherches Psychotechniques, 9, pp.11-22.

Hofstede, G. (1995). *Cultures and Organizations: Software of the Mind*, McGraw-Hill Publishing Comp., U.K.

Hodge, B. e Anthony, W. (1984). *Organization Theory*, Library of Congress Cataloging, U.S. America.

Marques-Teixeira, J. (1998), "Tendência formativa e tendência actualizante, reflexões à luz das teorias do caos e da complexidade", In *Psicologia*, Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, Vol.XI, nº2/3, Cosmos, Lisboa. pp.89-100.

Martin, J. e Meyerson, D. (1988), 'Organizational culture and the denial, channelling, and acknowledgement of ambiguity', in Pondy, Boland, & Thomas (Eds.), *Managing Ambiguity and Change*. New York: John Wiley.

Moscovici, S. (1976 / 1991), *Psychologie des Minorités Actives*, 1ª edição, 1976, Academic Press, Londres, 2ª e 3ª edições, Presses Universitaires de France.

Prigogine, L. e Stengers, I. (1985), *Order out of chaos. Man's new dialogue with nature*. Londres, Flamingo.

Smith, Adam; *Riqueza das Nações*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1776, 1981